

AS MARCAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS DA ÁGUA: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA ENCHENTE DE MAIO DE 2024

LAS MARCAS VISIBLES Y INVISIBLES DEL ÁGUA:
IMPACTOS PSICOSOCIALES DE LAS INUNDACIONES DE MAYO DE 2024

Daniela Hammes

Graduanda de Psicologia pela Universidade Feevale (Novo Hamburgo/Brasil).
E-mail: danielahammes@hotmail.com

Thais Blankenheim

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
Professora no curso de Psicologia da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/Brasil).
E-mail: blankenheim@feevale.br

Recebido em: 3 de maio de 2025
Aprovado em: 5 de julho de 2025
Sistema de Avaliação: Double Blind Review
RPR | a. 22 | n. 2 | p. 175-197 | jul./dez. 2025
DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4233>

RESUMO

As enchentes de maio de 2024 causaram inúmeros danos no Estado do Rio Grande do Sul, afetando profundamente a vida dos gaúchos. Este artigo buscou identificar os impactos psicossociais na população do município de São Sebastião do Caí, cidade afetada anualmente pela invasão das águas. A pesquisa foi estruturada na abordagem Qualitativa com delineamento Exploratório. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com cinco moradores afetados pela enchente. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas com base na análise de conteúdo de Bardin (1977). O resultado das entrevistas proporcionou a discussão de cinco eixos: Repetição e Trauma; Impactos Psicológicos; Impactos Sociais; Estratégias no Pós-trauma; e Enlaçamento Psicossocial. Percebeu-se nos relatos a necessidade de escuta dos afetados, bem como a possibilidade de falar sobre sua angústia, exigindo um olhar biopsicossocial. Concluiu-se que as enchentes deixam muito mais que danos materiais, afetando a subjetividade dos sujeitos.

Palavras-chave: Desastres ambientais. Psicologia. Impactos Psicossociais.

RESUMEN

Las inundaciones de mayo de 2024 causaron numerosos daños en el Estado de Rio Grande do Sul, afectando profundamente la vida de los gauchos. Este artículo buscó identificar los impactos psicossociales en la población del municipio de São Sebastião do Caí, ciudad afectada anualmente por la invasión de aguas. La investigación se estructuró en un enfoque cualitativo con un diseño exploratorio. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas a cinco pobladores afectados por la inundación. Las entrevistas fueron grabadas, transcritas y posteriormente analizadas con base en el análisis de contenido de Bardin (1977). El resultado de las entrevistas proporcionó la discusión de cinco ejes: Repetición y trauma; Impactos psicológicos; Impactos Sociales; Estrategias postraumáticas; y Vinculación Psicossocial. Se percibió en los relatos la necesidad de que los afectados sean escuchados, así como de hablar de su angustia, requiriendo una mirada biopsicosocial. Se concluyó que las inundaciones dejan mucho más que daños materiales, afectando la subjetividad de los sujetos.

Palabras clave: Desastres ambientales. Psicología. Impactos psicossociales.

1 INTRODUÇÃO

A cada ano aumentam as discussões em torno dos impactos gerados pelos desastres naturais. Com a globalização, as cidades estão em constante adaptação para acompanhar o ritmo acelerado de crescimento populacional. Com base nas pesquisas de Kobiyama (2006), os fenômenos naturais são eventos que ocorrem na natureza, independentemente da ação humana. Já os desastres naturais ocorrem quando o processo é abalado pela intromissão do homem, resultando no aumento da intensidade que afeta drasticamente os moradores, desencadeando um rastro de destruição. Quanto a frequência, o autor analisou que, apesar da maioria ocorrer em um intervalo de tempo, suas consequências geram danos a longo prazo.

Diante da catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul no mês de maio de 2024, surgiram discussões sobre a frequência do evento e o sofrimento das comunidades. Alguns meses antes, em novembro de 2023, a chuva acima da média bateu recordes de cheias nos rios de algumas regiões, tendo sido considerada, na época, a maior das últimas décadas nos municípios atingidos. Entretanto, a enchente e seus impactos não são assuntos desconhecidos. Algumas regiões sofrem com as cheias dos rios desde a fundação de suas cidades, como é o caso de São Sebastião do Caí, na região do Vale do Caí, Rio Grande do Sul, alvo deste estudo.

O município, fundado em 1875, registra cheias significativas desde 1878 (Coelho, 2023), com sua marca histórica, até o momento, de 17,60 metros, registrada em maio de 2024 através do monitoramento do Serviço Geológico do Brasil (SGB), sendo que a anterior havia registrado 16 metros. Ainda segundo Coelho (2023), o sistema de alerta da cidade é acionado quando o rio atinge 8 metros de altura, sendo que com 11 metros já invade ruas próximas ao rio. Embora as enchentes ocorram anualmente, a maioria é de pequeno porte, o que causa uma ligação estreita entre os Caienses e o rio.

O histórico de invasão das águas impactou a cultura do município, trazendo diversas consequências. Pouco se fala sobre os impactos psicológicos e sociais das famílias atingidas. A enchente é uma “velha” conhecida que invade, anualmente, algumas ruas específicas, nas quais as famílias estão ‘calejadas’ de vivenciar as perdas. No entanto, os 17,60 metros surpreenderam todo o centro da cidade e arredores.

No Brasil, os desastres naturais mais comuns estão relacionados à chuva e calor acima da média que causam alagamentos e queimadas. Apesar disso, nota-se uma carência de pesquisas específicas sobre inundações e alagamentos, com enfoque na saúde mental, alinhados com a precarização de políticas públicas e o descaso dos governantes em propor medidas de conservação ambiental dos rios.

O dia 01 de maio de 2024, feriado do Dia do Trabalhador e aniversário de 149 anos do município, ficará registrado na história como o início do que veio a ser a maior enchente de São Sebastião do Caí. É preciso

dar voz a população que sofre, escutando e debruçando-se sobre os impactos psicossociais do desastre. Essa premissa elucida o título do artigo, pois a enchente deixa marcas persistentes na subjetividade dos afetados. Visíveis no contexto social, facilmente identificadas no território e em imagens, e invisíveis a nível psíquico, exigindo uma escuta e olhar atentos daqueles que se disponibilizam a entrar nas profundezas dessas águas, por se alojarem na subjetividade assim como as águas turvas que ocultam suas profundezas.

Perceber os impactos das enchentes contribui para a articulação de uma Psicologia social de emergências e desastres mais atenta aos eventos nacionais. A discussão pode fomentar a capacitação dos profissionais para que estejam preparados para atuar no momento da emergência, proporcionando um espaço de suporte e acolhimento, auxiliando para além das necessidades básicas, como roupas, alimentação e abrigo, englobando as questões psicossociais.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo identificar os impactos psicossociais na vida das pessoas afetadas pela enchente de maio de 2024, no município de São Sebastião do Caí, Rio Grande do Sul. Através da escuta de moradores da cidade, visamos analisar os impactos psicológicos e sociais, os processos de readaptação, as intervenções de suporte social e emocional, bem como o apoio oferecido as pessoas afetadas.

2 METODOLOGIA

A metodologia estruturou-se na abordagem Qualitativa com delineamento exploratório, visando questionar e compreender acontecimentos através da consulta e do envolvimento popular dos sujeitos envolvidos, como afirmam Lösch, Rambo e Ferreira (2023). A utilização de entrevista semiestruturada buscou compreender os fenômenos pela visão subjetiva e pessoal dos participantes.

Participaram da pesquisa cinco adultos, sendo três homens e duas mulheres, com idades entre 29 e 69 anos, moradores da cidade há mais de 20 anos e que foram afetados pela enchente ocorrida em maio de 2024. As entrevistas, realizadas nas casas dos entrevistados entre janeiro e fevereiro de 2025, foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. A posterior análise de conteúdo utilizou Bardin (1977) como apoio. Visando o sigilo, e para garantir o anonimato, os entrevistados receberam pseudônimos inspirados em bairros que se encontram em área alagável, sendo eles Navegantes, Quilombo, Vila Rica, Centro e Várzea - este último se refere ao nome de uma rua do bairro Rio Branco, mas será usado por ser um dos termos mais citados durante as cheias do Rio Caí.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAEE 84892324.8.0000.5348) da Universidade Feevale e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi devidamente assinado pelos participantes.

A discussão dos resultados considerou quatro eixos temáticos. “Repetição e Trauma” discute as reações do ser humano diante de eventos extremos que fogem do controle, analisando como a repetição pode desencadear traumas nos afetados, causando confusões e atravessamentos no discurso. “Impactos psicológicos” analisa os aspectos emocionais sentidos pelos entrevistados, como medo, negação e culpa, bem como a necessidade de falar sobre o ocorrido. “Impactos sociais” discute sobre a relação entre administração municipal e população, bem como a indignação e desesperança diante de ações e mudanças na cidade. “Estratégias no Pós-Trauma” reflete sobre o processo de adaptação das famílias e as representações simbólicas envolvidas. “Enlaçamento psicossocial” explora o laço entre aspectos sociais e psicológicos, ponderando a influência de um sobre o outro e a necessidade de estar atento a essa relação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 REPETIÇÃO E TRAUMA

Identificou-se, nas falas de alguns entrevistados, a recordação de cheias anteriores. Mesmo as perguntas norteadoras sendo específicas sobre a enchente de maio de 2024, foi inevitável retornar à situação vivida em 2023. Em alguns momentos foi necessário interromper para assimilar o relato, que se misturava e entrelaçava. Para Canavêz (2015, p. 44) “o acontecimento, o sujeito e o ambiente circundante não são tomados de modo isolado, mas sempre em relação”. No relato a seguir, Navegantes demonstra confusão ao lembrar dos momentos vividos, apresentando lapsos de memória ao responder os questionamentos, confundindo e misturando as duas vivências.

Eu já até confundo. Eu sei que deu duas ou três, sei lá. Uma deu pequena e as outras feias. A data assim, eu não... [...] eu pra mim deu uma enchente, essa que me tapou aqui. Uma menor e outra maior, mas nós pegamos duas só (Navegantes).

Maldonado e Cardoso (2009) refletem sobre a dificuldade de recordar memórias dolorosas de serem assimiladas, permanecendo presentes no psiquismo mesmo após algum tempo. Elas retornam repetidamente, como nas entrevistas em que, ao lembrar de um evento, outro retorna na mesma intensidade. Em consonância, a fala de Quilombo relaciona ambos os eventos: “Mas aí não tem como eu falar da enchente de maio, sem falar da enchente de novembro. [...] Não tem nem comparação”.

demonstrando o enlaço entre sujeito e os episódios vivenciados. Outro ponto que chama atenção é a forma como experiências anteriores guiam a população, gerando uma espécie de aprendizado para novas experiências, assim analisam e comparam as últimas cheias como forma de defesa. Apesar disso, Canavêz (2015, p. 45) analisa que “não se está necessariamente na dimensão do inesperado, pelo menos não do que escapa a toda e qualquer possibilidade de antecipação”, ou seja, era possível prever que as fortes chuvas poderiam causar a vasão do rio, visto o histórico fluvial da cidade, porém não na dimensão que ocorreu.

Eu disse, olha, pra mim foi uma das maiores que deu. Daqui a pouco já se começa a falar noutra. Não sei se foi cinco meses depois. Daí deu em maio. [...] Ó, vai dá grande. O pessoal que são pescadores aí né, eles tavam falando pra gente mesmo. Olha acima do que a defesa civil tá falando, vai dar mais. Eu disse, mas não pode (Centro).

Então a gente imaginou que viria uma enchente maior que a de novembro, [...], mas quando a gente imaginou que viria maior, a gente não pensou em três dias de correnteza, 2 metros de altura mais alto do que aquilo, né? Que a gente já tinha visto (Quilombo).

A gente nunca imaginou que ia vir tanto, a de maio menos ainda (Várzea).

Então em novembro veio, né? Porque a gente não pensava, quando a gente viu já tava aqui dentro de casa, e já tava na mesa da cozinha. Pronto, parou por ali. [...] Lá em maio, pronto, tudo de novo. Encaixotamos algumas coisas, levamos pra cima e algumas coisas ficou, porque a gente não acreditava que ela ia vim tanto assim aqui, nesse lugar que a gente mora. E ela veio (Vila Rica).

Aquilo vinha num dia, no outro dia não tinha mais. Assim era, tu acordava de manhã já não tinha mais água. É que nem aqui, trancava a rua num dia e no outro eu saia tranquilo (Navegantes).

Dentre os relatos descritos por Ripley (2008, p. 31), está a descrença diante da repetição, usando a expressão “um raio não cai duas vezes no mesmo lugar” para se referir à negação e a crença de que uma situação não é passível de se repetir na mesma intensidade. Quando o sujeito se vê diante de uma situação já vivenciada anteriormente, tudo o que ele deseja é que seja fruto da sua imaginação, como acordar de um pesadelo. Infelizmente, ele se depara com a dura realidade que o cerca. Possivelmente por já ser uma situação conhecida, a enchente acaba virando estatística para a cidade.

De acordo com os relatos dos entrevistados, no intervalo de tempo entre os dois acontecimentos, moradores previram que a próxima enchente poderia ser maior. Porém, essas estimativas iam contra os alertas da Defesa Civil, que previam níveis semelhantes ao de novembro. Ripley (2008) conclui que

o ser humano acredita que a situação está sob controle por ser o que normalmente ocorre. Para ela o cérebro “usa informações do passado para compreender o que está acontecendo no presente e prever o futuro” (p. 37), criando padrões estratégicos de sobrevivência, mas nem sempre há o reconhecimento das exceções, o que atrasa o tempo de reação. A percepção de Centro elucida o exposto: “mal molhava o chão, lá o pátio. Todos já tão por dentro dessa situação e já tem uma noção, vão pela metragem. Podemos ficar tomando chimarrão”.

Diante das considerações expostas é possível analisar o quanto essas vivências, que se permeiam, são passíveis de marcas traumáticas na vida dos afetados. Duas grandes enchentes em um curto espaço de tempo, sendo que nenhuma seguiu o, até então, “padrão” de cheias do Rio Caí. Importante esclarecer que o intuito não é necessariamente afirmar que os entrevistados apresentam um quadro traumático, no sentido patológico, visto que um mesmo acontecimento pode causar diferentes reações, podendo ser traumático para algumas pessoas e para outras não (Albuquerque *et al.*, 2018). A discussão do conceito de trauma é pertinente para entender como ele se apresenta dentro da urgência subjetiva de cada afetado. Os autores consideram crucial analisar o sujeito dentro do seu contexto social e singular.

Um evento traumático ocorre de forma inesperada e negativa, podendo desencadear o trauma quando o indivíduo não consegue responder diante da carga de energia recebida, rompendo os limites da sua elaboração psíquica. Esse excesso pode paralisar o sujeito, retomando situações anteriores de desamparo (Canavêz, 2015; Albuquerque *et al.*, 2018; Soler, 2021), precisando ser descarregado de alguma forma, possivelmente pela palavra, porém é complexo representar na linguagem algo que ainda não encontrou simbolização. Ao estudar as reflexões de Ferenczi (1990), arrisca-se interpretar que o sujeito, ao retomar a consciência do real, pode se deparar com lapsos de memória sobre a própria vivência devido a rememoração que fragmenta o real, dependendo da sua capacidade de resistência psíquica, na tentativa de se proteger e eliminar a angústia. A análise dos autores elucida os relatos já descritos, onde um dos entrevistados encontra dificuldades em lembrar dos acontecimentos cronologicamente e os demais encontraram na possibilidade de repetição a descrença diante do real. Complementando essa ideia, afirma-se que

toda vez que o sujeito estiver diante de uma situação que lhe apresente perigo será colocado um alerta, aumentando as expectativas e gerando energias, porque o desprazer corresponde a um aumento de excitação, gerando um aumento de energia provocado por um evento que causa ao sujeito uma insatisfação e desconforto (Albuquerque *et al.*, 2018, p.4).

O trauma não necessariamente depende da causa, mas da forma como o sujeito a recebe e suporta. Uma população reage de formas diferentes diante da mesma vivência, portanto é leviano resumir todos a estatísticas e generalizações. Há diferenças sutis nos relatos dos entrevistados, mesmo apresentando semelhanças, cada relato guarda uma vivência subjetiva. Infelizmente o medo não escorre junto com a água de volta ao leito do rio, ele permanece presente na vida das vítimas. Falar da vivência é como reviver o desespero de não ter para onde ir, mesmo depois do resgate. Recordar é doloroso, mas necessário para elaborar o trauma.

É bem complicado, sabe, quando tu começa a lembrar, parece que tu tá revivendo aquilo (Várzea).

Porque eu era sempre bem firme com tudo assim, mas agora parece que a gente tá vivendo tudo de novo. Mas faz parte do processo (Vila Rica).

Tu viu que tá todo mundo abalado. Lembrar nem é bom as vezes, sabe. Eu nem sei, por isso que eu digo, não quero nem lembrar da data. Começou lá em maio e a gente tá nisso ainda (Navegantes).

Em síntese, os desastres geram reações psicológicas estressantes que podem gerar um trauma. Essa resposta emocional deixa marcas profundas que necessitam de um suporte adequado para serem elaboradas. Como visto, o sujeito evita relembrar da enchente, pois os pensamentos invadem a mente em uma sucessão de imagens ameaçadoras. Ao mesmo tempo em que há dificuldade em relembrar, há a necessidade de externalizar a dor e ser escutado, onde o sujeito, através do depoimento, busca elaborar e significar o trauma.

4 IMPACTOS PSICOLÓGICOS

Ao analisar os resultados obtidos nos questionamentos relacionados aos impactos psicológicos, notou-se a prevalência da culpa, medo, desamparo e negação. Diante da análise, a construção do eixo temático visou apontar quais os aspectos psicológicos foram impactados no contexto da enchente. A culpa associada a negligência foi relatada por dois entrevistados que se sentiram responsáveis por suas decisões durante a enchente. Os dois homens se viram no papel de “experientes”, Centro guiando sua família e Navegantes guiando seus vizinhos e esposa. Ambos têm, respectivamente, 52 e 69 anos.

Então ali foi uma parte que eu negligenciei e senti na pele que não se deve ficar. [...] A vontade é de sentar e chorar. Porque a minha família, inclusive o meu genro, querendo ou não, eles se guiam por mim. Não é machismo, mas acho que é a lei da tradição da

família, né? Ó, vamo pelo pai, o pai é mais velho. O pai tem vivência, vou ficar com o pai. [...] eu tô afundando eles junto comigo. Tu reflete muito. Tu erra também, entende? (Centro).

[...] e o vizinho aqui do lado, recentemente tinha comprado a casa e [...] eu, ele e o vizinho do lado olhando aqui, né? Vendo a enchente. E ele perguntando, será que não vai vim aqui? Ele recém morador, né? Não, nunca veio e tal. Conclusão, e a água não parou de crescer. [...] Eu orientei meu vizinho aqui errado, não, aqui não vem, ele não levantou nada na casa dele. 40 anos vivendo aqui, nunca deu. [...] Minha esposa é mais forte, mas assim ô, ela teve muito medo. E eu só pensando como é que eu vou tirar essa mulher daqui? E aí eu me sentindo responsável, né (Navegantes).

Com base nos relatos, é pertinente incluir um recorte de gênero à discussão. A pressão social, cultural e religiosa força o homem a se colocar na posição de protetor, guia e provedor das necessidades de sua família. O meio social reforça a construção identitária masculina centrada no estereótipo patriarcal. As crianças são ensinadas sobre as características que devem desenvolver ao longo da vida, construindo papéis funcionais com base no socialmente aceito para feminino e masculino, ainda atrelado ao biológico (Botton *et al.*, 2015; Freitas *et al.*, 2009). A paternidade é um dos pontos de inscrição da identidade do homem adulto, é “a certeza de ter concluído mais uma fase da vida e de começar uma outra com novas experiências e compromissos sociais”, revelam Freitas *et al.* (2009, p. 88).

Quando o papel parental gira em torno da responsabilidade, aparece a figura do pai tradicional como protetor e provedor, o que exige força e sabedoria (Botton *et al.*, 2015; Freitas *et al.*, 2009). O termo responsável, inclusive, é utilizado por Navegantes. para descrever seu sentimento. Durante o evento traumático, os entrevistados internalizaram em si o papel de protetor e guia, bem como foram colocados nesse lugar pelas suas famílias. Por trás de seus relatos há culpa e vergonha, presentes quando Centro e Navegantes exteriorizam a angústia de performar o papel que foram designados. Isso é perceptível quando Centro traz à tona seu medo diante da possibilidade de “afundar” e levar sua família junto.

A experiência de sair de suas casas e serem abrigados na casa de familiares também mobiliza os afetados. Apesar da gratidão por serem bem recepcionados e do alívio por estarem em segurança, a culpa se sobressai. Culpa por estarem ocupando um espaço que não é deles e incômodo por estarem atrapalhando a rotina alheia.

Lá a gente tava bem, eles trataram a gente super bem, faziam de tudo. [...] mas a gente não fica à vontade igual na casa da gente, né? [...] daí a gente fica meio assim, ir lá incomodar os outros, mas a gente resolveu ir. (Várzea)

[...] parentes nossos abrigaram a gente, né? Mas veja bem, eles doam a casa também, eles também têm a vida deles. [...] Fomos bem acolhidos, mas o teu psicológico ali? [...] eu me senti muito inferior, sabe? Muito dependente. [...] tu sente que tu é um estorvo, né? (Centro).

A evacuação forçada é um grande fator de angústia para a população, que novamente se vê mergulhada na culpa. Além disso, o luto está presente em toda parte, sendo uma experiência que não se limita somente a morte. A perda simbólica é singular, ou seja, cada sujeito vai sentir o luto de forma pessoal, atribuindo significados. Para a Psicologia, o luto é a reação a uma ruptura que implica em uma adaptação envolta em dor e medo. No contexto de um desastre, há uma sucessão de perdas que podem ser vivenciadas pelas comunidades. Conforme analisado por Gomes e Cavalcante (2012, p. 726), as enchentes não levam apenas bens materiais, “mas também necessidades psicológicas por ela supridas, como segurança, intimidade, dignidade”.

Segundo Gonçalves (2019), o ser humano sente culpa como algo inerente a existência, sem necessitar de um desencadeador. Esse movimento agrava o desamparo, dado que o sujeito se dá conta da realidade imperfeita que o rodeia. No ímpeto da vergonha de mobilizar terceiros, mesmo que sejam familiares, ele busca formas de resolver a situação para diminuir o seu desconforto projetado nos outros, mesmo que não haja saída no momento. Sabendo que vítimas internalizam a culpa por situações que fogem do seu controle, como citado anteriormente, pode-se pensar que “a infelicidade é fruto da sensação de indignidade que nada mais é do que a culpa de ser o que se é” (p. 280).

Em *O Mal-Estar na Civilização* (1929, p. 74), Freud analisa que “não há nada que possamos estar mais certos do que do sentimento de nosso Eu, do nosso próprio ego. Para quatro dos cinco entrevistados, compreender a realidade que os cercou era como abalar suas crenças interiores, deparando-se com a horripilante constatação de terem cometido um engano. Suas intuições motivadas pelos padrões com que estavam familiarizados, os levaram a escolha arriscadas. Assim como em um relato sobre o furacão Katrina, obtido por Ripley (2008, p. 63), os entrevistados viram seus “cálculos de riscos” falharem pela primeira vez.

A comoção psíquica sobrevém sempre sem preparação. Teve que ser precedida pelo sentimento de estar seguro de si, no qual, em consequência dos eventos, a pessoa sentiu-se decepcionada; antes, tinha excesso de confiança em si e no mundo circundante; depois, muito pouco ou nenhuma. Subestimou a sua própria força e viveu na louca ilusão de que tal coisa não podia acontecer; “não a mim” (Ferenczi, 1992, p. 109-110).

Dentro dos potenciais riscos prevalece o medo, que emerge do descontrole, sofrimento e destruição em escala (Ripley, 2008), sendo assim, é mais comum o ser humano temer coisas que englobem esses fatores. É mais aterrorizante imaginar perigo em situações que fogem do controle do que em situações idealizadas como controladas. No caso da enchente, os moradores identificaram a cheia do rio como um fator controlado e conhecido, já os saques e a estrutura das casas era algo que gerava receio e atenção pela imprevisibilidade.

O desamparo da população gera insegurança e medo tanto durante o evento, quanto após seu término. O medo desempenha um papel crucial na sobrevivência humana, sendo um mecanismo de defesa adaptável que busca evitar ou preparar respostas para situações de perigo (Ornell *et al.*, 2020). A preocupação com o outro, como projeção do próprio desamparo, apareceu em alguns relatos. Para alguns era mais fácil citar vizinhos ou desconhecidos que precisavam de ajuda, do que olhar para as próprias necessidades. Essa preocupação leva a reflexão do termo altruísmo, como evidenciado nos trechos citados:

[...] eu e meu genro ainda fomos ajudar uma família a tirar as coisas de dentro da casa também. Depois a gente entrou aqui com água na cintura (Centro).

Ver gente tão querida desolada, pra mim foi o principal efeito. Me deu uma tristeza muito grande, às vezes que me apertou o coração. [...] a minha mãe também sentiu muito mais pelas amigas dela que perderam mais coisas em casa do que num negócio, por exemplo (Quilombo).

Eu me acordo de noite pensando, o que que a gente tem que fazer? Mas eu não quero fazer pra mim, quero fazer com a comunidade (Navegantes).

Diante dos relatos, pode-se pensar em um mecanismo de identificação entre os pares. Como olhar para a própria dor é insuportável, o sujeito se coloca no lugar do outro e doa aquilo que gostaria de receber, mesmo que inconscientemente. A solidariedade surge a partir dessa identificação, em um movimento de simpatizar com a causa. Essa reação, conforme Gomes e Cavalcante (2012), é comum em regiões mais suscetíveis a desastres, sendo uma forma de aliviar parcialmente o desamparo sentido. Os autores alegam que pela repetição dos eventos, é comum entre os afetados “embotar suas emoções, criando mecanismos de defesa que as distanciam do sofrimento inevitável diante das perdas” (p. 726), sejam perdas humanas, materiais ou subjetivas.

Diante dos resultados obtidos neste tópico de discussão, onde são nítidos os impactos psicológicos nos indivíduos, há o contraponto interessante com o suporte recebido e a procura por serviços especializados. Quando questionados se receberam apoio psicológico, todos negaram. Atendimentos de

suporte psicológico não costumam ser vistos como prioridade ou essenciais no contexto emergencial. Inconscientemente banalizam o sofrimento, caindo na lógica da produtividade em que não há tempo para esse cuidado. Não significa que eles sejam negligentes, mas o cansaço e as obrigações da vida dificultam o autocuidado. Além disso, diante do trauma vivenciado “o sujeito ‘não pode fazer nada’ exceto sofrer as consequências, como tantos outros rastros que consideramos inesquecíveis” (Soler, 2021).

Nem oferecido e nem procuramos, porque eu acho que nem pensamos nisso. Sabe que eu acho que a todo tempo tu acha que tá bem, às vezes tu não tá bem. No dia a dia tu tem que trabalhar, tua empresa tá te esperando e tu acaba te omitindo disso, né? [...] Depois tu volta ao normal. Que nem diz o jornalista: é vida que segue, né? Vida que segue. Só o sentimento de perder alguma coisa né, isso sim (Centro).

Eu vi algumas iniciativas aparecerem nas redes sociais de acompanhamento, de ajuda e tal, mas eu não me aprofundi em nenhuma, porque minha rotina tava sendo absolutamente exaustiva, totalmente exaustiva (Quilombo).

Conforme os relatos, não há espaço para o cuidado psíquico. A sensação é de que a realidade exclui o sujeito e seu sofrimento, restando seguir em frente. “Vida que segue” como diz Centro, citando uma fala que possivelmente escutou nos noticiários. É preciso ter resiliência, mas para isso o sujeito precisa estar em condições de suportar a realidade. Uma fala de Navegantes chamou atenção, ao projetar no vizinho algo que talvez esteja em seu inconsciente: “Mas é que o povo, assim, não quer ir. Ele (vizinho) tem condição de pagar um profissional, mas não vai. Ele tá com problema”. Ele se refere ao vizinho em condições semelhantes à sua, um homem que precisa de ajuda, teria condições de pagar, mas não procura.

Em cidades pequenas, principalmente entre a população mais velha, a saúde mental ainda ocupa um lugar estigmatizado do “louco”. Grande parte dos serviços de saúde mental do município, que ofereceram atendimento aos afetados, são locais vistos pela população com preconceito. Quando faltam as palavras, o corpo fala. Alguns não precisaram nomear seu sofrimento, até porque não conseguiram admitir, mas a angústia encontrou formas de se mostrar. Os relatos foram sensíveis e extensos, o que demonstra a necessidade de falar sobre o ocorrido, mesmo sendo doloroso.

Mas o pós-enchente foi pior, eu tive desgaste físico e mental. Foi bem complicado tipo, de tu perder as forças, não conseguir levantar uma cadeira, deixa cair, porque tu perdeu as forças de tanto, acho que estresse mental, o cansaço também. [...] Eu tenho que ir lá no posto, porque a enfermeira já pediu pra mim ir fazer um acompanhamento com a psicóloga lá, sabe? Eu ainda tenho falta de sono, insônia, ansiedade, tem dias que ataca muito (Várzea).

Mas que abala, abala. A gente que é forte, a gente se acha forte ou quer se fazer de forte, sei lá. Não é fácil passar por isso. Mas quando eu dei uma volta no Caí eu parava o carro e ficava num desespero, [...] eu parava nos cantos e ficava dentro do carro até me acalmar. Eu procuro uma saída própria. Eu não estou pensando assim, em perdas pessoais, eu penso no futuro (Navegantes).

Os relatos dos entrevistados são regados de simbolismo sobre suas angústias, como formas de expressar questões difíceis de recordar. Dentre as reflexões propostas por Maldonado e Cardoso (2009), pode-se pensar na necessidade de o sobrevivente contar a alguém seu testemunho, como uma forma de mostrar para si e aos outros que não sucumbiu e que, apesar da culpa e do medo, segue tendo certo controle da sua realidade. Dessa forma, a extensão das entrevistas, que renderam páginas transcritas, pode estar relacionada com a importância do acesso a um ouvinte que de fato esteja disposto a acolher toda essa carga emocional. O silenciamento da dor impacta a vida dessas pessoas, principalmente no longo prazo. Em alguns momentos, os participantes se deram conta do quão fragilizados poderiam estar, mas o pensamento logo era substituído pela lógica de não falar para esquecer e assim se defender dos impactos.

5 IMPACTOS SOCIAIS

Dentre os aspectos sociais identificados nos relatos, sobressaíram as queixas relacionadas à interação órgãos públicos – população. As pessoas comuns, presentes nesses contextos, não são apenas vítimas. Afinal, resumir os afetados a vítimas é como se eles “fossem esvaziados em suas diferentes histórias, narrativas e modos de lidar com o trauma” (Canavêz, 2015, p. 46), apagando suas identidades singulares e pessoais. É preciso avaliar o risco e o comportamento diante dessas situações, com base nas vivências individuais. Alertas como “busque um local seguro” geram dúvidas, pois são imprecisos. No momento da catástrofe, não parece haver local seguro. E mesmo que haja, é preciso saber como chegar até lá. Diante disso, novamente o desamparo aparece no discurso dos entrevistados.

Eles passam dizendo assim, ah vai dar tanto, previsão de enchente tantos metros. [...] Já teve tantas, né? E é sempre a mesma. Que nem a prefeitura bota caminhão pra ajudar o povo, mas só lá embaixo, pra cá nunca tem. A gente pede e nunca tem, nem pra tirar e nem pra trazer de volta (Várzea).

Eles avisam, isso eles fazem, vão passando com carros aí e olha, deixe suas casas, deixe suas casas. Tu tem uma escolha, que a defesa civil te dá, e te leva, que é o parque. [...] Olha, eu vou dizer pra ti, eu tento ir pra um parente e outro, por mais que vai incomodar. Não tô dizendo que sou melhor que ninguém, mas eu deixo pra última opção. Então assim, ó, eles não têm opção pra nós. Eles entram com um caminhão na água, com

lona, bota tuas coisas do jeito que dá pra botar e tu não pode dizer não, muitos sai na concha duma máquina. Isso aí não é salvar a pessoa, não é fazer nada, isso aí é mais que humilhar, isso é pisar na pessoa que já tá quase morrendo, é pisar no pescoço e vai, termina. [...] Então na realidade eles não fazem nada, não tô querendo ser muito crítico, talvez até rebelde, mas não fazem nada (Centro).

Os recortes citados são referentes a dois relatos, que representam a queixa de todos os entrevistados, diante do desamparo que sentiram por parte dos órgãos que deveriam servir de apoio e segurança para a população. Como referenciado, é preciso entender as necessidades dos envolvidos para que ações concretas sejam estabelecidas. Na perspectiva dos entrevistados, Várzea reside em um bairro alagável que se localiza distante do rio, já Centro mora algumas ruas de distância do antigo Cais do Porto, em um dos bairros mais afetados pela água. Enquanto uma denúncia a negligência com alguns bairros vulneráveis, o outro sente que a ajuda recebida não é a aguardada. No momento da enchente, os fatores sociais e até mesmo psicológicos “aparecem discursivamente em segundo plano, quando se fala de risco” (Silva; Menezes, 2021, p.157). Diante dessa afirmação, há queixa relacionada também com as informações recebidas.

Uma coisa que me sobrecarregou bastante, na falta de preparo mesmo, que dava desespero nas pessoas, foi a falta de informação também da prefeitura, sabe? [...] o pessoal me falou assim, bah, eles te agradecem mais pela informação, pelas palavras, do que pela doação. Tinha gente que chegava e queria uma informação, não queria uma cesta básica (Quilombo).

Normalmente as ações de solidariedade, em sua maioria, pendem para o lado da alimentação e limpeza, o que é de fato imprescindível, mas outras questões carecem de suporte. A Psicologia atua amparando as pessoas afetadas, escutando suas reais necessidades (Pereira; Mansano, 2020; Silva; Menezes, 2021). Em relação aos órgãos públicos, os moradores esperam receber o suporte adequado dos especialistas, vistos como “detentor do saber” (Silva; Menezes, 2021, p.152). Quando esse apoio acontece há o enaltecimento diante do auxílio recebido, refletindo a falta de informação da população sobre “as obrigações do Poder Público frente à ocorrência de um desastre” (Gomes; Cavalcante 2012, p.727), como se o trabalho realizado fosse um favor que deveria ser recompensado de alguma forma. Diante da ausência de órgãos competentes, voluntários como Centro precisaram atuar suprindo lacunas que não deveriam estar desatendidas. Refletindo sobre os relatos dos moradores, percebe-se que a imprevisibilidade da prefeitura abala a confiança. Alguns entrevistados transpareceram indignação e desesperança em relação ao futuro, pois segundo Navegantes “parece que tá todo mundo esquecendo o que passou”.

A gente vai ver o filme se repetir e isso me afeta. Isso me afeta muito, isso me deixa fora daquilo que é meu padrão de calma, [...] porque a chance da gente ver o filme se repetir, com volumes ainda menores de chuva, é muito grande, nesse ritmo que as coisas estão andando (Quilombo).

E eu acho, não querendo ser pessimista, não vai mudar. Eu tô com 52 anos, a gente veio pra cá com 23 anos e é a mesma coisa. Eles entram com caminhão na água, tiram as pessoas de dentro de uma caçamba, atira todo mundo de qualquer jeito. É do rio pro parque, do parque pro rio, do rio pro parque, aquela história toda de novo. É um ciclo (Centro).

O que ocorre, segundo Ripley (2008, p. 85), é que se “os funcionários não confiam no público, o público tampouco confia nos funcionários”, em outras palavras, se os órgãos oficiais não confiam na possível reação dos civis diante da emergência, tampouco os civis confiam nas informações imprecisas dos órgãos oficiais. Do mesmo modo que é imprescindível a população estar equipada com mecanismos de proteção e defesa, é necessário que os órgãos governamentais obtenham planos de contenção, presumindo, com base em dados e probabilidade, que desastres possam vir a ocorrer em algum momento.

Outro ponto mencionado, foi a ajuda recebida depois que a água baixou. Aí entra a vergonha por se verem no outro extremo da situação. Quem antes ajudava, precisou ser ajudado. Admitir que precisa de ajuda é se dar conta da própria fragilidade. Em um mundo que impera a produtividade e a individualidade, estar em uma situação vulnerável é, talvez, falhar com o sistema.

Aí as pessoas passavam oferecendo marmitta e eu pensava, não, não vou pegar, eu não vou pegar porque tem mais gente que tá precisando, a gente ainda pode comprar. E daqui a pouco, quando passava um carro com almoço, eu já era o primeiro. Tu já te transforma, [...] eu também tô precisando (Centro).

A gente ajudava assim, ó, tipo, quando tava no parque a gente até ajudava, né? [...] Eu sempre pensei, o sofrimento é pelas outras pessoas, sabe? Então hoje a gente sente o que as pessoas passavam. E, talvez muito pior, porque quem mora bem na beira do rio, pensa, com crianças pequenas. Eu disse, nós adultos, né? E muita coisa a gente subiu, então não perdeu tanto assim, né? Mas tem gente que não tem mais nada hoje (Vila Rica).

A culpa por não se sentir merecedor da ajuda voluntária, pode ser vista como uma forma de lidar com a situação, como Quilombo reflete: “[...] um problema muito grande, às vezes [...] é a dificuldade de pedir ajuda”. O pensamento de ser indigno da ajuda oferecida, por medo de comentários e falácias, é algo que intensifica a angústia do sujeito. Apesar do tópico de discussão ser voltado para os impactos sociais,

é inevitável identificar os impactos psicológicos relacionados. O quanto o descaso e a desesperança afetam a vida dos moradores e o futuro da cidade, onde a impunidade relacionada ao que aconteceu gera desamparo e revolta na população. A impressão dos entrevistados é de que o evento traumático, ainda tão presente no imaginário dos afetados, parece estar se esvaindo do imaginário coletivo. O apelo que eles fazem não está sendo escutado. “O fenômeno das águas, traz uma dinâmica única nas formas de vida da população, implicando em questões de saúde, saneamento básico, habitação” (Ribeiro; Carneiro, 2016, p.118), sendo necessário intervir com políticas públicas que atendam as especificidades locais.

6 ESTRATÉGIAS NO PÓS-TRAUMA

Algumas casas localizadas na várzea do rio, possuem uma estrutura adaptada à invasão das águas, como é o caso das palafitas e as casas de dois pisos, próprias para facilitar o preparo dos moradores. Infelizmente, a correnteza não faz distinção entre casas de madeira ou tijolo, ambas sofrem fortes estragos e prejuízos estruturais. É importante frisar as histórias que transpassam essas famílias. A luta para obter e construir seu lar. O apego emocional incrustado em cada cômodo. Souza e Loureiro (2014, p. 11), utilizam os termos “desenraizamento” e “desterritorialização” para analisar as perdas de suas residências, “isto inclui não somente a perda concreta, objetiva e material após um desastre, mas ainda a perda simbólica”. Os afetados vivenciam o rompimento de laços e afetos quando são deslocados para abrigos.

Com a reconstrução, mudanças precisam ser realizadas para se adaptar à nova realidade que os sujeitos estão inseridos. No contexto de desastres ambientais, potencializados pelo crescimento urbano que ocorre desproporcionalmente ao planejamento das cidades, as alterações humanas, somadas com as do clima, refletem na sociedade que precisa de adaptar à imprevisibilidade do rio, conforme Ribeiro e Carneiro (2016).

Eu me adaptei agora, guarda-roupa eu peguei sapateira de duas portas, que daí tu não precisa desmontar pra levar embora. Minha pia eu fiz toda de tijolo, não preciso tirar, tiro só as coisas de dentro. Tem que ser assim, fazer o que, enquanto a gente não conseguir comprar uma casa em outro lugar, tem que se adaptar (Várzea).

Mas chegamos à conclusão assim, que menos é mais. Eu tinha uma cozinha lá e uma cozinha aqui embaixo, [...] Era louça disso, louça daquilo, muita coisa a gente deu, dividiu. E nós temos assim, vivendo com o mais simples possível (Navegantes).

A gente tem o mínimo aqui embaixo agora, sabe? Inclusive a gente tem as caixas, essas caixas de mercado, a gente coloca tudo, aqui na minha cozinha as coisas já tão dentro das caixas, só pegar a caixa e subir. [...] Mudou, sabe, e tudo é diferente (Vila Rica).

Apesar do contexto de discussão ser voltado para as adaptações e mudanças sociais, é possível analisar os discursos sob a ótica do inconsciente. Quando eles falam sobre adaptação, também falam de preparação. Ao reorganizar suas casas, ambiente que faz parte da sua identidade, como já discutido, também fazem alusão a reorganização psíquica. A partir do evento traumático, é preciso estar em constante alerta para possíveis adversidades. Diante dessa análise, Ribeiro e Carneiro (2016, p. 118) caracterizam o pós-enchente como o momento de “recomeçar, reconstruir, reorganizar todo o espaço modificado, para retomar seus afazeres corriqueiros”, dessa forma eles precisam constantemente reiniciar, “buscando maneiras de adaptar-se às variações que ocorrem no meio em que vivem” (p.118).

Como pontuam Gomes e Cavalcante (2012, p.725), “a assistência recebida é apenas emergencial e o problema da moradia em área de risco continua a existir”. Dessa forma, os moradores passam a conviver de forma naturalizada com os eventos naturais. Ainda segundo o autor, essa postura “reflete a inexistência de consciência do risco” (p. 725), por parte da população vulnerável. Entretanto, três entrevistados buscam romper com a lógica descrita pelo autor, e pela qual alguns vinham convivendo até então, relatando o desejo de vender suas casas, esclarecendo que desejam continuar no município, mas longe das zonas de alagamento. Além disso, não nutrem interesse em reformar suas casas novamente.

Eu não posso cometer o mesmo erro. Mesmo que eles mexam no rio, eu não quero ficar mais, a gente não quer ficar mais aqui. [...] O falecido meu pai dizia, a dor ensina a gemer. Com a dor tu aprende. Então é isso. Gostar daqui? Gosto muito. A casa é uma maravilha de morar aqui, eu adoro cada peça dela, mas não, temos que sair, sair fora (Centro).

Vontade é de vender e ir embora, mas não é fácil também. Não sair do Caí, sair da área da enchente, eu não queria sair do Caí. Uma vez eu não gostava e agora eu gosto. Não sei, a gente costuma com as pessoas, com o serviço (Várzea).

A gente tem condições ainda e eu não tenho vontade de investir mais. Meu desejo é sair daqui, mas vou vender pra quem? Não, não digo sair do Caí, mas eu tenho que sair desse lugar, desse buraco, entende? (Navegantes).

O território, conforme caracterizado por Pereira e Mansano (2020), é envolvido por afetividade e desejo, o que gera investimentos constantes no local. Quando o movimento de cuidado com a casa deixa de ser algo prazeroso, há o desejo de ir em busca de outro refúgio. O lar já não é mais sinônimo de alegria e conforto, mas sim de insegurança. Os autores afirmam que “sem que haja possibilidade de ação, em certas ocasiões ficamos subjugados à potência das forças exteriores” (p. 9), o que corrobora com as discussões sobre o ser humano estar acostumado com a previsibilidade diária. Dessa forma se torna insustentável viver em um local onde todos os esforços parecem em vão, além da constante lembrança do evento

estressor. Soma-se a isso, as perdas materiais e subjetivas que o ambiente sofreu, o que potencializa a perda do pertencimento ao território. Os relatos abaixo elucidam a discussão:

Faz falta pra muita coisa, faz. Pra mim, pra minha rotina assim, que eu tinha, [...] é estranho, sabe? Uma quebra de rotina tão grande depois de 10 anos que a gente tava ali, né? Mas é isso, a gente aceitou [...] e gente vai se acostumando. (Quilombo)

Eu disse, olha, tem que começar do zero, sabe? Tem que começar do zero. [...] Aí tu pensa, ah tu tem as tuas metas lá do futuro, tu tinha. Daqui a pouco aconteceu isso. Foge tudo. Apaga. Deleta. Tudo muda, [...] isso dá um golpe grande (Centro).

Os desabafos sinalizam o quanto a perda da rotina e estabilidade afeta a vida. Para Quilombo, fechar o negócio da família é muito mais que uma perda pessoal, mas uma perda para toda a cidade que sente falta do ponto de referência. Ao passo que Centro observa como é dolorido ver a água levando o que ele e a família demoraram anos para construir. Na visão de Pereira e Mansano (2020), a importância do ambiente, seja casa ou bairro, está atrelada a subjetividade dos moradores, e a perda desse ponto de amparo pode gerar impactos que precisam ser acolhidos. Os autores afirmam que os sujeitos possuem condições de enfrentar as adversidades, o que não diminui o desamparo sentido. A resiliência é necessária, mas se desenrola acompanhada pelo sofrimento das famílias. Além disso, eles “se viram obrigados a construir novas referências, territórios e laços afetivos” (p.10), alterando a rotina que tinham antes da emergência.

7 ENLAÇAMENTO PSICOSSOCIAL

Realizar essa pesquisa foi desafiador. Separar os aspectos sociais e psicológicos exigiu muita leitura e análise dos dados. Inúmeros foram os atravessamentos que passaram pelos relatos, indicando como o evento segue presente no imaginário coletivo, mesmo após um ano da emergência hidrológica. Ao analisar os resultados, ficou perceptível o quanto aspectos sociais e psicológicos possuem íntima ligação. Desse ponto surge a discussão sobre o que são, de fato, os aspectos psicossociais, tema principal de investigação desta pesquisa e que realmente apareceram durante todo o processo de elaboração do artigo. Afinal, o ser humano é biopsicossocial e deve ser olhado em sua completude, considerando todos os aspectos que influenciam sua vida.

Ao pensar em situações emergenciais, como desastres, o primeiro foco costuma ser as necessidades básicas dos sujeitos. As primeiras medidas devem ser priorizar abrigos, comida, roupas e identificação dessas pessoas. É preciso garantir segurança e acolhimento. Em contrapartida, o ser humano é um ser biopsicossocial, sendo necessário que suas necessidades fisiológicas, sociais e psíquicas sejam atendidas

em conjunto. Mesmo após o evento traumático, priorizam-se mais os aspectos fisiológicos do que os sociais e psíquicos, sendo esse o ponto de atenção e cuidado da Psicologia (Gomes; Cavalcante, 2012).

Com base no exposto, é importante que haja uma continuidade nos serviços pós-desastre. Quando a emergência estabiliza, os voluntários diminuem gradualmente até que a rotina da sociedade retorna à normalidade e os afetados se sentem abandonados. Segundo relatos descritos na revista *Entrelinhas* (CRP, 2023), é imprescindível que o poder público se responsabilize pela continuidade dos serviços ofertados, pois o voluntariado por si só não possui condições de se manter. É dever do Estado garantir políticas públicas e assistência social aos afetados, e cabe a Psicologia estar atenta para “se sensibilizar com as demandas advindas das emergências e desastres” (CRP, 2023, p. 5), prevenindo o agravamento do sofrimento psíquico e social. A Psicologia na linha de frente atua no acolhimento dos afetados, atenta aos diversos fatores que impactam e fragilizam o emocional, além de analisar suas necessidades. Os psicólogos são segurança em meio a adversidade, fornecendo informações e suporte.

Todo desastre é social, uma vez que reflete as condições socioeconômicas, as formas de organização, a degradação dos ecossistemas do ambiente atingido, além de ser resultado da mudança climática em função do modo como a sociedade tem-se construído (Carvalho; Oliveira, 2020, p.336).

Além dos desastres estarem no âmbito do social, também podem potencializar a resposta traumática do indivíduo, sendo fator de estresse agudo que impacta a vida e a saúde, mental e física, dos afetados. Além disso, no contexto do desamparo pós desastre, o ambiente em que o sujeito está inserido faz parte da sua identidade. Ornell *et al.* (2020, p. 13) citam a insegurança relacionada as “repercussões econômicas e sociais dessa tragédia em larga escala”, como sentido por Navegantes.

A gente se emociona porque, como diz os outros, a gente sempre viu os outros falarem. Tem um significado no Caí, bem popular, que diz que são os “abobado da enchente”. Eu me sinto hoje um abobado da enchente. É assim que eu to me sentindo, aí cê emociona rápido. [...] Tu te questiona a todo momento, por que que eu fui tão burro e fiquei ali? Porque que eu investi ali (Navegantes).

Primeiramente, julga-se necessário contextualizar a expressão “abobado da enchente”. Segundo o historiador Sérgio da Costa Franco (Corso, 2024), o termo surgiu após a grande enchente de 1941 que devastou Porto Alegre, RS. Na época, os afetados caminhavam sem rumo pelas ruas da cidade, desamparadas após perderem tudo o que possuíam, em um estado de torpor. O termo “abobado” também é utilizado para se referir a pessoa tola ou boba. O intuito da expressão pejorativa é estigmatizar e diminuir o sofrimento dos afetados das enchentes. A comparação de Navegantes demonstra a forma

como ele se percebe ocupando um lugar nunca cogitado: o lugar de vítima. Ele associa sua situação a outro acontecimento social que desencadeou o sofrimento nos indivíduos.

O trecho confirma as afirmações de Gonçalves (2019) sobre a culpa ser inerente ao sujeito e o ambiente como parte da identidade. A culpa aparece em diversos trechos dos relatos de Navegantes, onde ser afetado pela enchente é constatar o erro cometido, como já discutido anteriormente. É sentir que está sendo julgado de “burro”, como ele mesmo fala em determinado momento, de construir em um local com risco de alagamento. As palavras fogem em meio a complexidade do evento traumático, sendo necessário encontrar outras formas de relatar o ocorrido, para enfim realizar “a paradoxal tarefa de narrar o intransmissível” (Maldonado; Cardoso, 2009, p. 47)

Os resultados obtidos demonstram o quanto questões sociais e psíquicas se entrelaçam, sendo difícil separá-las. Mesmo nas discussões sobre os impactos psicológicos, o social se fazia presente, e vice-versa. Conforme descrito por Alves e Francisco (2009, p. 770) “o ser humano é permanentemente afetado pelas histórias que o constituem como sujeito no mundo”, moldando e transformando sua identidade, bem como podem ser fator de sofrimento. É preciso conhecer a realidade do sujeito e analisar a forma como ele se expressa diante da sociedade em que está inserido, para assim refletir sobre seus limites. Além disso, os países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, encontram mais desafios na reconstrução e recuperação pós desastres naturais (Carvalho; Oliveira, 2020), o que por si só potencializa o sofrimento dos povos. Diante do exposto e com base nos resultados obtidos, entende-se que o âmbito psicossocial engloba o desenvolvimento psíquico e as relações sociais do sujeito (Carvalho; Oliveira, 2020; Alves; Francisco, 2009), dessa forma é preciso oferecer suporte para que a população seja ativa no processo de elaboração, fortalecendo os laços sociais e as redes do território em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As enchentes ocorridas em maio de 2024 revelam a necessidade de a Psicologia equipar-se com conhecimentos relacionados à emergência e desastres. O próprio Conselho Regional admite que a Psicologia das Emergências e Desastres é uma área relativamente nova e em expansão, convocando a “refletir sobre esses cenários e de que forma afetam a saúde mental” (CRP, 2023, p. 7), levando em consideração políticas públicas e vulnerabilidades econômicas. Souza e Loureiro (2014) frisam que é preciso garantir que os desabrigados recebam assistência social e psicológica em todas as fases da emergência, articulando a rede de atenção em um trabalho multidisciplinar. Trazer visibilidade ao assunto pode ser uma forma de conscientizar sobre a importância da formação acerca deste tema nos cursos de Psicologia.

Como visto nesta pesquisa, as enchentes de 2023 e 2024 seguem internalizadas nos sujeitos afetados, tão atuais quanto no momento da tragédia. O amparo das famílias afetadas deve seguir, não podendo se resumir apenas a estatísticas e reportagens nos meios digitais. Conforme alguns entrevistados, o assunto não pode cair no esquecimento, é preciso manter as discussões para que medidas sejam tomadas. É necessário escutar a súplica silenciosa da população, indo além de protocolos de ação e observando quais as reais necessidades de cada grupo afetado. Os sujeitos podem e devem ser protagonistas da própria história, auxiliando o município na prevenção e posvenção.

Além da necessidade de falar sobre o ocorrido, por mais doloroso que seja, há também o desejo da escuta. Os sujeitos necessitam ser escutados de forma ativa e acolhedora, sem julgamentos. Cabe frisar a extensão dos relatos, diante de um outro sujeito disposto a escutar, o que demonstra a necessidade dos sujeitos em relatar o trauma vivenciado. Através da fala, o sujeito consegue se conectar com a sua dor e dar novas formas às memórias, pois “quando a reação é reprimida, o afeto permanece ligado à lembrança e produz o sintoma” (Fochesatto, 2011, p. 166). Ou seja, ao fugir do trauma passado, o sujeito permanece sofrendo no presente em uma constante repetição, produzindo o choro, a esquiva e os sintomas físicos.

Até a finalização deste artigo, completou-se um ano da grande enchente de 2024, mas o evento segue atual no imaginário coletivo dos Caienses e, possivelmente, dos demais gaúchos. Em um mundo cada vez mais acelerado e angustiante, é de suma importância estar constantemente atento aos sujeitos, questionando sobre o vínculo social e psicológico, visto que cada um reage a experiência de formas diversas e em tempos distintos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. et al. **Trauma na visão da psicanálise**. 2018. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). UNIVAG, Várzea Grande, Mato Grosso, 2018.

ALVES, E.S.; FRANCISCO, A.L. Ação Psicológica em Saúde Mental: Uma Abordagem Psicossocial. **Psicologia: Ciência E Profissão**, Brasília, v.29, n.4, p.768-779, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 288 p.

BOTTON, A. et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 43-56, dez. 2015.

CANAIVÊZ, F. O trauma em tempos de vítimas. **Âgora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 39–50, jan. 2015.

CARVALHO, M. M.; OLIVEIRA, S. S. Aspectos psicossociais em desastres socioambientais de origem geoclimática: uma revisão integrativa da literatura. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 334-352, jul. 2020.

COELHO, C. F. F. Pequena história futura das enchentes do rio Caí. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, v. 21, n. 353, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634629-pequena-historia-futura-das-enchentes-do-rio-cai-artigo-de-caio-fernando-flores-coelho>. Acesso em: 05 set. 2025.

CORSO, M. **Abobados da enchente**. Gaúcha ZH, Porto Alegre, jun. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/mario-corso/noticia/2024/06/abobados-da-enchente-clx0vgmft00bb013nk7n7lp96.html>. Acesso em: 04 abr. 2025.

CRP, Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. A Psicologia e as emergências climáticas. **Entrelinhas**, Rio Grande do Sul, n. 94, 2023.

FERENCZI, S. O que é o "Trauma"? In: FERENCZI, S. (Org.) **Diário Clínico**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 227-229.

FERENCZI, S. Reflexões Sobre o Trauma. In: FERENCZI, S. (Org.) **Obras Completas, v.4**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 1726-1739.

FOCHESATTO, W. P. F. A cura pela fala. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, n. 36, p. 165-171, dez. 2011.

FREITAS, W. de M. F. E. et al. Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 85-90, fev. 2009.

FREUD, S. **O Futuro de uma Ilusão, o Mal-Estar na Civilização e Outros Trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 299 p.

GOMES, E. R. B.; CAVALCANTE, A. C. S. Desastres naturais: perdas e reações psicológicas de vítimas de enchente em Teresina-PI. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, 2012.

GONÇALVES, D. S. O sentimento de culpa em Freud: entre a angústia e o desejo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 278-291, jan./abr. 2019.

KOBIYAMA, M. et al. Prevenção de desastres naturais: Conceitos Básicos. **Organic Trading**, Curitiba, 2006. 122 p.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. de L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. 18, n. 00, 2023.

MALDONADO, G.; CARDOSO, M. R. O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. **Psicologia Clínica**, v. 21, n. 1, p. 45–57, 2009.

ORNELL, F., et al. Pandemia de medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 12–16, 2020.

PEREIRA, G. I. L.; MANSANO, S. R. V. Sustentabilidade afetiva em situações de vulnerabilidade socioambiental: um problema para as cidades. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 1, jan./mar. 2020.

RIBEIRO, P. A.; CARNEIRO, K. K. C. A dinâmica da enchente e vazante no município de Barreirinha/AM: impactos socioambientais e a intervenção das políticas públicas. **Rev. Eletrônica Mutações**, v. 7, n. 12, p. 114-127, 2016.

RIPLEY, A. **Impensável**: Como e por que as pessoas sobrevivem a desastres. São Paulo: Globo Livros, 2008. 351 p.

SGB, Serviço Geológico do Brasil. **São Sebastião do Caí (RS) registra a 3ª maior cheia da história em seis meses**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/w/sao-sebastiao-do-cai-rs-registra-a-3-maior-cheia-da-historia-em-seis-meses>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SILVA, J.C.B.; MENEZES, J.A. Discursos sobre o risco no contexto da gestão de emergências e desastres. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 145-164, jan./abr. 2021.

SOLER, C. **De um Trauma ao Outro**. São Paulo: Blucher, 2021. 120p.

SOUZA, P.C.A; LOUREIRO, C.F. Reflexões Sobre os Desastres Ambientais no Estado do Rio de Janeiro: Questões Socioambientais e Psicossociais. **Revista Vitas**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, set. 2014.